



A importância da formação de redes de pesquisa em ciências ambientais e a nucleação de programas de pós-graduação:

Entrevista com o professor Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio¹

Fernanda Zimmermann Teixeira²; Rodrigo Affonso de Albuquerque Nóbrega³;

Doris Aleida Villamizar Sayago⁴

Atualizada por: Luciane Cristina Ribeiro dos Santos⁵

Recebido: 21/11/2022. Aceito: 12/12/2022

Apresentação

No que se refere à Área de Ciências Ambientais (CiAmb) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), criada em 2011, um dos nomes mais respeitados da área é o do querido professor Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio, novo Coordenador

¹ Coordenador da Área em Ciências Ambientais da CAPES. Professor dos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB) e do Mestrado Profissional em Governança & Sustentabilidade do Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul (ISAE) e Ciências Ambientais/Unisul-Instituto Ânima. Professor Visitante do Instituto de Estudos Avançados/USP e do PPG em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente/UniEvangélica-FUNADESP. Colabora no PPG em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador Produtividade do CNPq. Vice-Presidente do Instituto Max-Neef. E-mail: carlos.cioce@gmail.com.

² Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: fernandazteixeira@gmail.com

³ Graduado em Engenharia Cartográfica pela UNESP (1996), Mestre e Doutor em Engenharia de Transportes com ênfase em Sensoriamento Remoto e SIG pela Escola Politécnica da USP e Mississippi State University (2007). Desenvolveu Pós-Doutorado pelo Geosystems Research Institute - Mississippi State University (2010). Sua linha de pesquisa e extensão está voltada ao desenvolvimento e aplicação de inteligência geográfica e planejamento de transportes. Possui 26 anos de experiência em geoprocessamento nos setores privado e acadêmico. No Brasil atuou entre 1997 e 2008 na iniciativa privada como engenheiro de projetos, como coordenador operacional de linha de produção em mapeamento ostensivo e aerofotogrametria, e também como consultor e professor em geotecnologias. Nos Estados Unidos atuou entre 2008 e 2012 como Pesquisador Associado e como Professor Pesquisador, onde desenvolveu e compilou modelos de decisão por múltiplos critérios acoplado a sistemas de informação geográfica direcionados ao planejamento de transportes sob apoio do U.S Department of Transportation e U.S. Department of Homeland Security. E-mail: raanobrega@ufmg.br.

⁴ Mestre em Antropologia e doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília. Pós-Doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (2005) e Pós-Doutorado em Ciências Políticas pela Université Montpellier 1, Centre National de la Recherche Scientifique (2006). Diretora do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (2012-2016). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável - PPGCDS\UnB (08\2017- 08\2020). Diretora de Comunicação e Eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS (2019-2023). Coordenadora do Projeto Políticas Públicas para América Latina - CAPES- PrInt (PPGCDS\UnB). E-mail: doris.sayago@gmail.com.

⁵ Analista de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Pleno do Observatório do Sistema Fiep – Paraná. Pesquisadora pelo Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS). E-mail: lu.ribeirocrs@hotmail.com.



da Área de Ciências Ambientais da CAPES, com mandato entre 10 de dezembro de 2022 e 15 de março de 2026. Foi coordenador da área por dois anos e adjunto por quatro anos da professora Dra.

Maria do Carmo Sobral, além de ter colaborado por anos ao lado do estimado e reconhecido professor Dr. Arlindo Philippi Jr. Mesmo após exercer atividades na coordenação CiAmb/CAPES, o Prof. Sampaio continuou contribuindo na área sobretudo no que se refere à avaliação de impacto social dos programas e benefícios para a sociedade.

Pela vasta experiência e contribuições significativas, sobretudo no que se refere a Área de Ciências Ambientais, visto que, são inúmeros os desafios para o desenvolvimento e a manutenção das pesquisas em Ciências Ambientais no Brasil, o professor Dr. Sampaio foi convidado pelos professores Fernanda Zimmermann Teixeira (UFRGS), Rodrigo Affonso de Albuquerque Nóbrega (UFMG) e Doris Aleida Villamizar Sayago (UnB), para ser entrevistado sobre a importância da formação de redes de pesquisa em Ciências Ambientais e a nucleação de programas de pós-graduação. As entrevistas foram realizadas virtualmente em dois momentos, o primeiro no mês de julho de 2021 e, o segundo em novembro de 2022, a convite da professora Dra. Luciane Cristina Ribeiro dos Santos. As informações coletadas foram transcritas, resumidas e atualizadas, tendo o seguinte teor:

Quais são os principais desafios que o Sr. enxerga para o desenvolvimento e a sustentabilidade das pesquisas em Ciências Ambientais no Brasil?

Primeiramente, gostaria de agradecer pela oportunidade e parabenizar pela iniciativa dos Professores Fernanda Zimmermann Teixeira (UFRGS), Rodrigo Affonso de Albuquerque Nóbrega (UFMG) e Doris Aleida Villamizar Sayago (UnB) à frente do dossiê Modelagem de Sistemas Ambientais e Gestão da Paisagem da prestigiada revista Sustentabilidade em Debate da Universidade de Brasília da UnB.

Desafios são muitos para a Área de Ciências Ambientais (CiAmb) da CAPES, ainda que criada recentemente (2011), mas me parece que já há um legado significativo. Há que reconhecer que a Área de CiAmb tomou posição de liderança na ocasião da avaliação quadrienal (2017), tendo sido reconhecidos pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) os méritos dos programas de excelência da área, sobretudo os de notas “5”, “6” e “7”, projetando a Área de CiAmb com destaque em relação às outras 48 áreas da CAPES. Também ressaltaria a criação de novos programas de pós-graduação (PPGs), sobretudo nos estados brasileiros que ainda não tinham



programas da Área. O que pode se dizer com orgulho é que temos atualmente programas em todas as unidades federativas do nosso País, além de promover a interiorização destes em regiões de vulnerabilidades socioambiental e socioeconômica, ressaltando os programas associados, como os Mestrados Profissionais em Rede de (i) Ensino em Ciências Ambientais para professores da educação básica de todas as regiões brasileiras (ProfCiAmb) e (ii) Recursos Hídricos (ProfÁgua); estas duas redes contando com fomento da Agência Nacional de Águas (ANA). Ademais, realiza-se o acompanhamento dos PPGs, sobretudo por visita *in loco* (quando há impedimento de estar presencialmente, realiza-se videoconferência), objetivando difundir boas práticas de gestão, projetos de pesquisa de vanguarda, estimulando colaborações entre PPGs, ora por criação de redes de pesquisa ora por nucleação. Cabe apontar o papel pioneiro da Área de CiAmb no estímulo de integrar iniciativas de extensão universitária no *métier* da pós-graduação, e por último estimular um grupo de trabalho no âmbito da Área que trata de estudos e pesquisas no tema impacto socioambiental dos programas, especialmente na sociedade e território brasileiro, ainda que prospecte a internacionalização.

Em sua opinião, e para alinhar o diálogo e o entendimento dessa entrevista, o que o Sr. entende como Rede de Pesquisa?

Redes de Pesquisa, como me refiro na resposta da pergunta anterior, são articulações entre pesquisadores (presencialmente e/ou virtualmente). Boa parte deles são docentes dos PPGs e que ainda possuem, na grande maioria, grupos de pesquisa cadastrados no diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nos quais atuam em temas de pesquisa conciliáveis, não apenas pelas complementariedades evidentes, mas também pelos falsos antagonismos na ocasião que esses padecem de visão interdisciplinar, ou seja, prevalece olhar (mono)disciplinar. Ressalto, como já apontei anteriormente, que não há como não associar pesquisa com extensão, quando se tem o entendimento que os resultados das pesquisas devem impactar positivamente à sociedade e ao território, não ficando restritos entre os muros que cercam a universidade. Nesse sentido, estimula-se que todo relatório final de pesquisa, no caso dos PPGs referem-se ao trabalho final dos cursos de mestrado e doutorado, mesmo que seja acadêmico, deveria ter pelo menos um objetivo específico que trate de produto técnico potencializando a divulgação científica.

Como as políticas de redes de pesquisa podem fomentar pesquisas na Área de Ciências Ambientais?



Parte-se do pressuposto que as agências internacionais, nacionais e regionais de fomento à pesquisa e de regulação da Pós-Graduação são as institucionalidades próprias para promoverem políticas públicas de estímulo de formação e amadurecimento de redes de pesquisa em diferentes áreas, entre elas as de Ciências Ambientais. As universidades, por meio das pró-reitorias, também podem ter políticas domésticas neste sentido, sobretudo, quando possuem áreas prioritárias de pesquisa. É importante apontar que a área de Ciências Ambientais compreende os sistemas sociais interconectados com as dinâmicas ecológicas, o que sugere tratá-la como sistema socioambiental (MEC, 2019a). A exemplo de formação de redes de pesquisa na área de CiAmb, citamos os já mencionados mestrados profissionais em rede. O primeiro deles em torno do tema recursos hídricos, o ProfÁgua, o segundo ao redor do ensino em ciências ambientais, o ProfCiAmb. Adiciona-se o curso de doutorado acadêmico em associação na região Nordeste sobre o tema desenvolvimento e meio ambiente, o Prodema, e os quatro mestrados profissionais que cooperam entre si sobre gestão de desastres ambientais, o ProfDesastres. Ressalta-se também o grupo de pesquisa em torno dos Impactos Sociais (ambientais) dos programas em ciências ambientais, criado no âmbito da Área de CiAmb, contando com o apoio da coordenação da Área nos seus dois últimos mandatos, Prof. Sampaio e Profa. Jarcilene, tendo publicado o estudo Destaque territorial: proposta de modelagem socioeconômica e ambiental para avaliar a inserção social nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (Nobrega et al., 2018).

Quais os projetos que poderiam fomentar a Nucleação entre PPGs?

É importante conceituar Nucleação de programas de pós-graduação. É a situação na qual um programa bem estruturado, denominados pela CAPES de excelência, aqueles que possuem nota “5”, “6” e “7”, colabora estreitamente com outro(s) programa(s) que se encontram em etapa de consolidação de corpo docente e projetos de pesquisa, caracterizando solidariedade, como inclusão de grupos de docentes/investigadores em redes de pesquisa nacionais e internacionais. Ressalta que se reconheça a importância dos programas de nota “4” que possuem cursos de doutorado e mestrado, sobretudo quando ainda localizados em regiões de vulnerabilidade socioeconômica e socioambiental. A exemplo dos projetos que poderiam fomentar a Nucleação entre PPGs, encontram-se os projetos interdisciplinares compostos por grupos de pesquisa originados de diferentes instituições, com suas distintas expertises, mas com complementariedades, buscando alternativas de soluções para problemas regionais a partir de projetos demonstrativos. A melhor situação seria a nucleação surgir de maneira espontânea para que, então, solicitasse apoio as agências de fomento à pesquisa, nacional e internacional.



O que a CAPES poderia fazer para fomentar programas de nucleação?

A sugestão é que a CAPES deve continuar promovendo suas principais políticas de fomento aos programas de nucleação, como os Mestrados Interinstitucionais (Minter) e Doutorados Interinstitucionais (Dinter) para cursos acadêmicos e as Turmas fora de sede para cursos profissionais. Atualmente estes programas foram renomeados para Projetos de Cooperação entre Instituições - PCI (MEC, 2019b). O objetivo continua o mesmo. Um programa com nota até “4” (anteriormente para Dinter era nota “5”) nucleia um grupo de pesquisadores de uma Instituição (podendo estender para outros públicos também). No caso de um PCI acadêmico o grupo de pesquisadores são na sua maioria acadêmicos de uma Instituição de Ensino Superior (IES), e de um PCI profissional o grupo de pesquisadores são na sua maioria de uma instituição não necessariamente acadêmica, podendo ser uma organização privada, pública ou do terceiro setor. Cita-se também o importante Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) que objetiva da mesma maneira a nucleação, mas sobretudo o fortalecimento de grupos de pesquisa, como comentado anteriormente. Normalmente o PROCAD induz temas de pesquisa e regiões, como os respectivos editais abertos sobre Segurança Pública e Amazônia.

Quais ações a CiAmb CAPES desenvolveu e pretende desenvolver em prol da pesquisa na área socioambiental?

A Área de Ciências Ambientais (CiAmb) deveria continuar promovendo temas emergentes como foram citados anteriormente a partir de exemplos. A Área da CiAmb reconhece a importância de induzir temáticas significativas para Área que ainda não estão presentes ou estão apenas periféricas na Área, tais como economia ecológica, educação ambiental, direito ambiental, tecnologia apropriada, soluções baseadas na natureza para os negócios e outras. Temas esses que poderiam ser agregados como novas linhas de pesquisa ou, então, novos cursos (MEC, 2019a). A Área poderia induzir, ainda que não recomendou uma proposta apresentada em 2018, a proposta do Programa em Associação Nacional para Sustentabilidade: Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas que trata da dinâmica socioecológica (populações e natureza) em unidades de conservação ambientais e terras indígenas brasileiras. Além disso, o grupo de estudo Destaque Territorial, mencionado anteriormente, que apresentou uma proposta de modelagem socioeconômica e ambiental para avaliar a inserção social nos programas de pós-graduação em ciências ambientais (Nobrega et al., 2018). Com o apoio da Coordenação de Área da CiAmb, já está sendo concebido o III Encontro Acadêmico “Impacto das Ciências Ambientais na Agenda 2030”, que será sediado pelo Programa de Pós-Graduação em



Recursos Naturais da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), dando prosseguimento e objetivando promover o protagonismo da área de CiAmb, a partir dos programas de pós-graduação, no processo de incorporação e atendimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que incorporam a Agenda 2030, estabelecidos em 2015 pela Organização das Nações Unidas em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para isso, programas da área Ciências Ambientais estão constituindo *clusters* temáticos, com representatividade regional, compartilhando disciplinas ou senão conteúdos, constituindo grupos de pesquisa e extensão (Sampaio & Philippi Jr., 2021). Os dois primeiros Encontros aconteceram no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, respectivamente em 2021 e 2022

Sobre o indicador espacial de Destaque Territorial, em que consiste e como surgiu essa ideia?

O indicador espacial Destaque Territorial surge de uma iniciativa conjunta da Coordenação da Área da CiAmb com grupos de pesquisadores de três programas de pós-graduação (PPG), *Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais* (UFMG), sob a representação do professor Rodrigo Affonso de Albuquerque Nóbrega (UFMG), *Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente* (UEFS), *Gestão Ambiental* (UP), *Governança e Sustentabilidade* (ISAE) e mais recentemente *Desenvolvimento Local* (UniSuam), constituindo um grupo de trabalho (GT), em 2016. O Programa da UFMG teve protagonismo nesta iniciativa, liderando todo o processo de construção do indicador. Objetivou-se mapear as assimetrias regionais das dimensões socioeconômica e ambiental brasileiras em conformidade com o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 (MEC, 2010), de maneira que pudesse servir como indicador para qualificar a importância de um programa de pós-graduação em ciências ambientais existente ou, então, de uma Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN). Tanto que isso ocorreu na Avaliação Quadrienal dos Programas, em 2017, e na Avaliação dos APCNs da Área de Ciências Ambientais em anos posteriores. Ressalta-se ainda a utilização do Indicador como critério de seleção de bolsistas do PPG em *Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais* (UFMG). Como destacado, o modelo produziu resultados concretos que fomentaram ações pioneiras de apoio à tomada de decisão da coordenação da área de Ciências Ambientais. O indicador supracitado é decorrente da junção de três componentes: i) Índice de vulnerabilidade socioeconômica (infraestrutura, capital humano, renda e trabalho), ii) Índice de vulnerabilidade socioambiental (antropização da paisagem) e iii) Concentração geográfica dos PPG em Ciências Ambientais. Como mencionado na resposta à terceira Pergunta, este estudo originou uma publicação de um artigo (Nóbrega et al., 2018), uma apresentação no *Workshop* sobre Formas



Associativas de PPGs, realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), promovido pela CAPES, em 2018, e em uma mesa redonda, proposta como sessão livre, no IX Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (EnANPPAS), ocorrida em Brasília, em 2019. Inclusive, nesta mesa redonda foi apresentada o esboço de um conjunto de esforços, originada também deste GT Destaque Territorial, Rede Semântica de relacionamento acadêmico dos Programas da CiAmb, conforme será tratado na resposta da pergunta seguinte. É importante enaltecer o convite realizado pela Diretoria de Avaliação (DAV) da CAPES para que o Indicador fosse apresentado para esta instituição, o que efetivamente ocorreu no final de 2019.

Como foi a idealização da Rede Semântica de Relacionamento Acadêmico dos PPGs da CiAmb?

Com o propósito de avançar nas possibilidades que o indicador *Destaque Territorial* possa oferecer como critério de avaliação qualitativa e quantitativa de impacto social dos PPGs, a idealização da Rede Semântica de Relacionamento Acadêmico dos Programas da CiAmb possui o objetivo de construir e avaliar um novo indicador *Destaque Territorial* com dimensões mais ampliadas e sistêmicas, por meio de redes complexas, de maneira a permitir o mapeamento das atuações que podem ser reconhecidas como impactos de projetos de ensino, pesquisa e extensão no âmbito local, regional, nacional e internacional na área de Ciências Ambientais. O mesmo Grupo de Trabalho da Área de CiAmb, mencionado na resposta à sétima pergunta, está tomando à frente para construir tal metodologia, tendo a liderança do PPG em *Modelagem* em Ciências da Terra e do Ambiente (UEFS). Para reforçar a equipe, foi convidado um pesquisador do PPG em Ciências Ambientais da UNESP, campus Sorocaba, no âmbito da linha de pesquisa Geoprocessamento e *Modelagem* Matemática Ambiental, sob a representação do professor José Arnaldo Frutuoso Roveda. Como metodologia propõe-se a utilização de técnicas de mineração de dados, baseadas em redes semânticas textuais para o levantamento de informações sobre a origem dos discentes dos PPGs, a destinação dos egressos, as linhas de pesquisa e atuação e de projetos dos programas, as agências de financiamentos e as parcerias com outras instituições (empresas, governo e Estado, instituições de Ensino Superior e sociedade civil organizada) identificadas a partir da produção de dissertações e teses, publicações acadêmicas, produtos técnicos e tecnológicos, relatórios de pesquisa e extensão, entre outras fontes. Cabe ressaltar que a sistemática da Rede Semântica de Relacionamento Acadêmico foi também apresentada na Mesa Redonda da IV e V EnANPPAS, em 2019 e 2021.



Qual é o potencial que esses produtos (Indicador de Destaque Territorial e Rede Semântica de Programas da CiAmb) em prol da pesquisa em Ciências Ambientais brasileiras?

Espera-se que tanto o Indicador de Destaque Territorial como a Rede Semânticas de Relacionamento de Programas da CiAmb venham a constituir-se como critério balizador a ser utilizado pelas comissões de avaliação da CiAmb, sob a chancela da coordenação da Área, como já vem ocorrendo para diagnosticar territórios prioritários para indução de novos cursos; direcionar talentos humanos e recursos financeiros em editais destinados a áreas em condições de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental; incentivar a criação de novas redes de pesquisa e de colaboração entre programas inseridos em áreas mais e menos vulneráveis. Ou ainda, dar a devida devolutiva social dos trabalhos de conclusão de curso, mestrado ou doutorado, acadêmico ou profissional, que, muitas vezes, tiveram as comunidades e as organizações, públicas e privadas ora como tema de pesquisa ora como ator social.

Qual a perspectiva de replicação destes produtos desenvolvidos para outras áreas da CAPES?

Sob a perspectiva de replicação para outras áreas além da CiAmb, como já mencionado, estes produtos foram apresentados à Diretoria de Avaliação (DAV) da CAPES no final de 2019. Como a DAV congrega as 49 áreas de conhecimento da CAPES, o indicador Destaque Territorial e a Rede Semântica de Relacionamento de Programas poderiam vir a tornar-se referência sobretudo no quesito do Sistema Nacional de Pós-Graduação que trata sobre Impacto Social dos Programas. Destaca-se a aproximação com o Grupo de Trabalho de Impacto Social do CTC-ES, coordenado pelo professor Antônio Eduardo Martinelli (UFRN), de maneira a criar sinergias quanto a estudos sobre o tema. Espera-se também que haja reverberação a partir do Encontro Acadêmico “Cidades globais: impacto das Ciências Ambientais na Agenda 2030”, comentado anteriormente, resultando em uma série de diálogos sobre impacto socioambiental dos programas e materializando-se em um artigo científico e livro organizado sobre o tema, com linguagem de divulgação científica. O desafio é criar conexões claras e transparentes entre o universo acadêmico e a sociedade civil, incluindo empresas, Organização não Governamentais, Estado e governo, inclusive outros níveis institucionais da educação - como o ensino fundamental, médio e a graduação -, dando respostas aos problemas que afligem o mundo da vida das pessoas, nos seus diferentes horizontes, de curto, médio e longo prazos, no sentido que o conhecimento científico se materialize no cotidiano. Por fim: que se supere a mera crítica para uma ação possível.



A próxima pergunta é dividida em duas partes. A primeira, poderia realizar uma síntese das discussões e agendas da última COP27: United Nations Climate Change? Para que, então, na segunda parte, relacionar com ações possíveis no âmbito da CiAmb/CAPES, no que se refere a formação de recursos humanos, fomento em pesquisa e a inserção destas na sociedade?

Síntese das discussões e agendas da última COP27

Sugere-se a seguinte síntese como súmula de temas destaques no âmbito das últimas COPs, sobretudo a mais recente realizada em Sharm el-Sheikh, no Egito, em novembro de 2022 (UN, 2022): (i) constituição do “Fundo de Perdas e Danos”, resultado do debate em torno da justiça ambiental, para desastres significativos que vêm acontecendo, principalmente, em países chamados em desenvolvimento, ainda que outros financiamentos bilionários já tivessem sido acordados sem implementação a contento; (ii) propostas de Soluções baseadas na Natureza (SBN), o que otimiza a capacidade de resiliência dos ecossistemas; (iii) reduzir gradualmente até a extinção o uso dos Combustíveis Fósseis; e (iv) Limite de 1,5°C, considerado limiar seguro desde o Acordo de Paris, no incremento da taxa média de temperatura global até o final do século para evitar consequências mais graves da crise climática, originada pela crescente emissão de gases de efeito estufa na atmosfera.

Em sua opinião, posto esta síntese realizada, quais os principais desafios da CiAmb/CAPES?

Considerando que 95% da pesquisa realizada no Brasil é desenvolvida em programas de pós-graduação vinculados, principalmente, a universidades públicas (McManus et al., 2020), os fundos originados dos países chamados desenvolvidos no âmbito da COP27 (UN, 2022) e de demais acordos internacionais podem resultar em editais de financiamentos de projetos de pesquisa sistêmicos e em rede que começam a ser gestados pelos clusters temáticos, quanto comentado, vinculados aos programas de ciências ambientais que atendem não somente ao 13º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Ação contra à Mudança Global do Clima, mas também aos 17 ODS compreendidos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). O que reforça, anteriormente dito, que novas turmas dos cursos de mestrado e doutorado podem ter a indução de temas de seus projetos que tanto melhor diagnosticam as causas dos problemas socioambientais quanto qualificam alternativas de soluções, por exemplo, baseadas na Natureza.

Não querendo me alongar mais, uma vez agradeço pela oportunidade que me foi dada em um primeiro momento pelas professoras Fernanda Z. Teixeira e Doris Sayago e pelo professor Rodrigo



A. A. Nóbrega e posteriormente pela professora Luciane Cristina Ribeiro dos Santos. Me sinto honrado em poder contribuir para o avanço da educação brasileira. Contem comigo.

Referências

- MCManus, C., Baeta Neves, A. A., & Maranhão, A. (2020). Brazilian publication profiles: where and how brazilian authors publish. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v. 92, n. 2, p. 1-22, 2020.
- Ministério da Educação (MEC), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). (2019). *Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020*. Documentos Setoriais. Brasília: CAPES, 2010. v. 2. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>.
- Ministério da Educação (MEC), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Diretoria de Avaliação (DAV), Área de Ciências Ambientais. (2019a). *Documento de Área da Ciências Ambientais*. Brasília: CAPES, 2019a. 22p. Disponível em: http://capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/C_amb.pdf.
- Ministério da Educação (MEC), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). (2019b). *Portaria nº 243*, de 6 de novembro de 2019b. Regulamenta a apresentação e o acompanhamento dos Projetos de Cooperação entre Instituições para Qualificação de Profissionais de Nível Superior (PCI). Diário Oficial União. 6 nov 2019; Seção 1:14. Disponível em: <https://in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-243-de-6-de-novembro-de-2019-227906776>.
- Nobrega, R. A. A., Ribeiro, S. M. C., Costa, E. L., Bilotta, P., Grimm, I. J., Sampaio, C. A. C., Schypula, A., Chaves, J. M., Rocha, W. J. S. F., & Vasconcelos, R. N. (2018). (Destaque territorial:) proposta de modelagem socioeconômica e ambiental para avaliar a inserção social nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais (RBCiAmb)*, v. 49, Set, p. 34-50.
- Philippi Jr, A., & Sampaio, C. A. C. (2019). Encontro acadêmico cidades globais: impacto das Ciências Ambientais na Agenda 2030. *Proposta submetida ao Edital Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP)*. São Paulo: USP/IEA.
- UN, United Nations. (2022). The 27th Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change. *Sharm el-Sheikh implementation Plan*. Sharm El-Sheikh: UN, 2022. Available: <https://unfccc.int/documents/624444>.